

COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 3.076, DE 2024

Institui a Política Nacional de Diagnóstico e Tratamento da Hipertensão Pulmonar; e altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para reconhecer a hipertensão pulmonar como deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Diagnóstico e Tratamento da Hipertensão Pulmonar; e altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para reconhecer a hipertensão pulmonar como deficiência.

Art. 2º Fica instituída a Política Nacional de Diagnóstico e Tratamento da Hipertensão Pulmonar, com o objetivo de assegurar assistência a pacientes com hipertensão arterial pulmonar e hipertensão pulmonar tromboembólica crônica, na forma do regulamento, incluindo as seguintes ações:

- I - diagnóstico precoce;
- II - acompanhamento contínuo dos casos;
- III - apoio psicológico e social;
- IV - oferta gratuita de tratamentos específicos reconhecidos internacionalmente;
- V - reabilitação física e respiratória;
- VI - criação e implementação de linha de cuidados de hipertensão pulmonar no âmbito do Sistema Único de Saúde.



Art. 3º Para efeitos de aplicação desta Lei, ficam classificadas as pessoas com hipertensão pulmonar em um dos seguintes grupos:

I - Grupo 1: Hipertensão Arterial Pulmonar;

II - Grupo 2: Hipertensão Pulmonar devido à doença cardíaca esquerda;

III - Grupo 3: Hipertensão Pulmonar devido a doenças pulmonares e/ou hipoxia;

IV - Grupo 4: Hipertensão Pulmonar Tromboembólica Crônica ou devido a outras obstruções da artéria pulmonar;

V - Grupo 5: Hipertensão Pulmonar com mecanismos multifatoriais ou desconhecidos.

Art. 4º O art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 2º

.....

§ 4º As pessoas com hipertensão pulmonar são consideradas pessoas com deficiência, atendidos os requisitos do caput, considerando a classificação e grau de limitações do caso concreto.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 22 de outubro de 2025.

Deputado **ZÉ VITOR**
Presidente

